

NOÇÕES DE TEMPO: UMA PROPOSTA INTERDISCIPLINAR

Melina Célia e Souza

Doutorado/UFF

Orientadora: Maria Jussara Abraçado de Almeida

Introdução: definição do objeto de análise e base teórica

Este artigo tem como proposta apresentar os resultados iniciais de nossa pesquisa acerca da relação entre tempo e finalidade, com base na Linguística Cognitiva (LANGACKER, 1991; DUQUE, 2015) e em contribuições da Física-Química (PRIGOGINE, 2011). Inserida em dois projetos maiores (a. *Galego e Português Brasileiro: história, variação e mudança* e b. *Linguagem em uso, cognição e gramática: cooperação acadêmica Brasil-Portugal*), nossa pesquisa tem como base a comparação das variedades do galego, do português europeu (PE) e do português do Brasil (PB).

O projeto *Galego e Português Brasileiro: história, variação e mudança* busca compreender fenômenos linguísticos observados no Brasil e na Galícia, levando em conta a raiz comum galego-portuguesa e o processo de mudança em cada uma das variedades observadas. Levando em conta a confluência com o projeto *Linguagem em uso, cognição e gramática: cooperação acadêmica Brasil-Portugal*, a inserção do galego nesse quadro comparativo – até então preferencialmente formado de pesquisas com base na comparação entre PB e PE – visa ampliar o escopo comparativo até então utilizado na explicação de traços próprios do PB.

Galego e português, historicamente, são considerados ramos cujo tronco se desenvolve a partir de uma só raiz linguística, ambos integrados ao mesmo *continuum* românico. O processo de separação político-geográfica que leva a considerá-los línguas diferentes é longo e dado o espaço que temos neste trabalho não poderemos descrevê-lo, mas nele consideramos o processo de Reconquista um marco:

Podemos afirmar que esse processo de separação se inicia por volta do ano 1000, quando surge, ao norte da Península, o movimento da Reconquista, um núcleo de resistência cristã ao domínio muçulmano. Nesse período, interessa-nos a história de dois nobres franceses que participam do movimento: Dom Henrique e Dom Raimundo. Ao primeiro, Dom Afonso

VI, rei de Leão e Castela, oferece a mão de sua filha Teresa, herdeira do condado Portucalense, região que mais tarde virá a formar parte do território de Portugal. Ao segundo concede a mão de Urraca, herdeira do governo da Galícia. É também Urraca que, mais tarde, herda os reinos de León e Castela. Em 1139, após a batalha de Ouriques, Dom Afonso Henriques, filho de dona Teresa, proclama-se rei de Portugal, região que, a essa altura, já possuía mais territórios conquistados, chegando até o rio Tejo. Já a Galícia, até então sob o domínio leonês, passa a território castelhano, fazendo parte, atualmente, do território espanhol (SOUZA, 2012, p. 27).

Desse modo, o termo *galego-português* é utilizado como forma de representação de usos que apresentavam grande variação linguística e que passam a ser considerados línguas distintas por questões político-geográficas, já que a Galícia passa a domínio da atual Espanha – sofrendo o galego influências do castelhano, língua oficial imposta pelo Estado espanhol –, e Portugal, único território que fica fora do domínio de Leão e Castela, segue seu planejamento linguístico tomando atitudes políticas que visam à legitimação, como a fundação da Universidade de Coimbra no século XII, a utilização do português em documentos oficiais e a tradução da Bíblia para o português.

A distinção linguística entre o galego e o português é, portanto, historicamente, fruto da necessidade de se buscar autonomia política e territorial por meio do processo de construção de um Estado-nação. Por conta desse esforço empreendido por Portugal para legitimar sua língua nacional, é comum encontrarmos análises históricas que pretendam dar conta das origens da língua portuguesa apenas “procurando as fontes [...] na própria origem de Portugal como reino independente, argumentando, nesse caso, sobre o que teria sido o processo de separação ou de afastamento entre as variedades galegas e portuguesas” (LAGARES, 2012, p 18 e 19), o que resulta em um apagamento histórico com relação ao galego.

Dessa forma, entendemos que uma pesquisa que leve em conta as três variedades em tela pode trazer contribuições importantes para o quadro até então utilizado em pesquisas de cunho histórico comparativo, tornando a legitimar o galego como parte de nossa história.

Inserida nesse contexto, nossa pesquisa tem como objetivo analisar a relação entre tempo e finalidade, e, este artigo especificamente busca demonstrar as contribuições da Físico-Química (PRIGOGINE, 2011) para a noção de tempo até então utilizada na Linguística Cognitiva (LANGACKER, 1991).

As noções de tempo na Linguística Cognitiva e na Físico-Química: uma proposta interdisciplinar

De acordo com Langacker (1991), certas sequências de eventos são construídas por conta de ocorrerem “sempre que aparecerem as condições apropriadas, e farão isto, a menos que uma certa quantidade de energia seja gasta para se opor a, e talvez neutralizar, esta tendência”. O percurso de um acontecimento é, portanto, favorecido por determinadas circunstâncias. Langacker atribui a essa tendência o *status* de **momentum evolucionário**. O momentum evolucionário refere-se a características da realidade que tendem a impulsioná-la em direção a determinados caminhos no futuro, e não a outros. Tais caminhos são considerados pelo autor como pertencentes à “realidade potencial”, aquela cuja probabilidade de ocorrência é maior.

Com base nessa avaliação, Langacker propõe-nos o seguinte modelo cognitivo idealizado, cuja seta tracejada represente o momentum evolucionário da realidade:

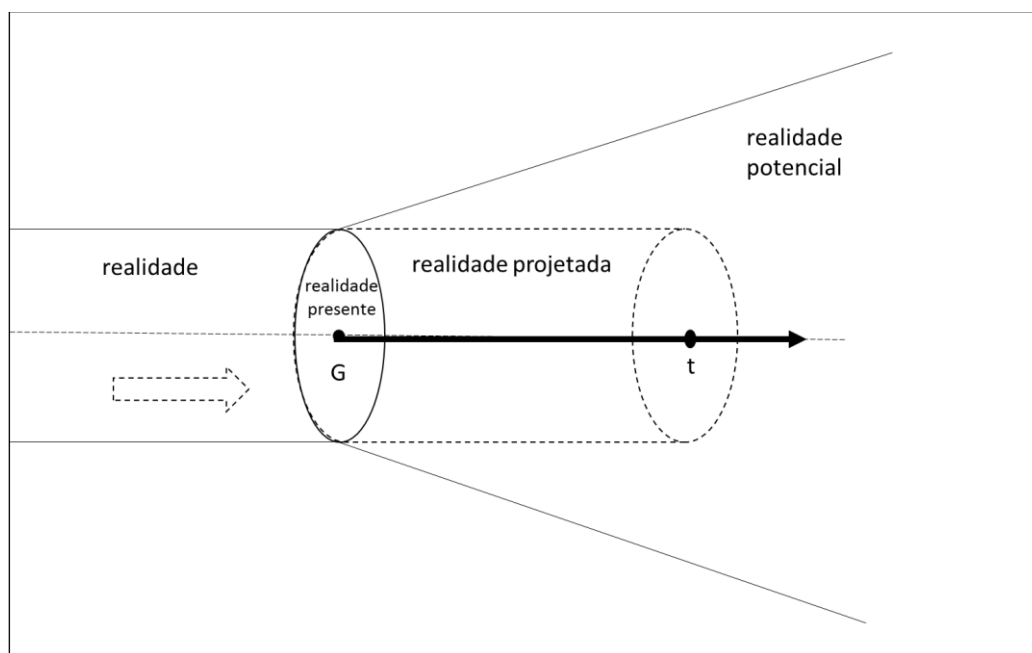


Figura 1 – Modelo evolucionário dinâmico (LANGACKER, 1991).

No entanto, como mesmo afirma o autor, “costumamos pensar no mundo como uma estrutura estável onde as situações aparecem e os acontecimentos se desenrolam. O que conta, para um dado observador, como sendo o mundo, depende de sua visão e de seus interesses.” Nossa experiência, o modo como lidamos com a realidade, ou seja, nossas crenças, ideologias, etc. e também os eventos históricos são, portanto, determinantes para o modo

como projetamos o futuro¹. Nesse sentido, afirma Prigogine (2001, p. 161): “Toda medição prévia à criação dos conhecimentos, pressupõe a possibilidade de ser afetado pelo mundo, quer sejamos nós os afetados, quer sejam os instrumentos.”

Prigogine, ao analisar a noção de tempo, propõe a sua irreversibilidade probabilística e afirma que seu fluxo depende da atuação histórica de eventos. Tal irreversibilidade, também reconhecida por Langacker, é responsável pela transição de uma descrição dinâmica da passagem do tempo, em que o passado e o futuro desempenham o mesmo papel, a uma descrição em termos de bifurcações probabilísticas unidirecionais. Dessa forma, a trajetória do tempo, “ao invés de ser um objeto ligado a uma descrição determinista, torna-se um objeto probabilista” (op cit., p. 131), bem representado pela flecha do tempo.

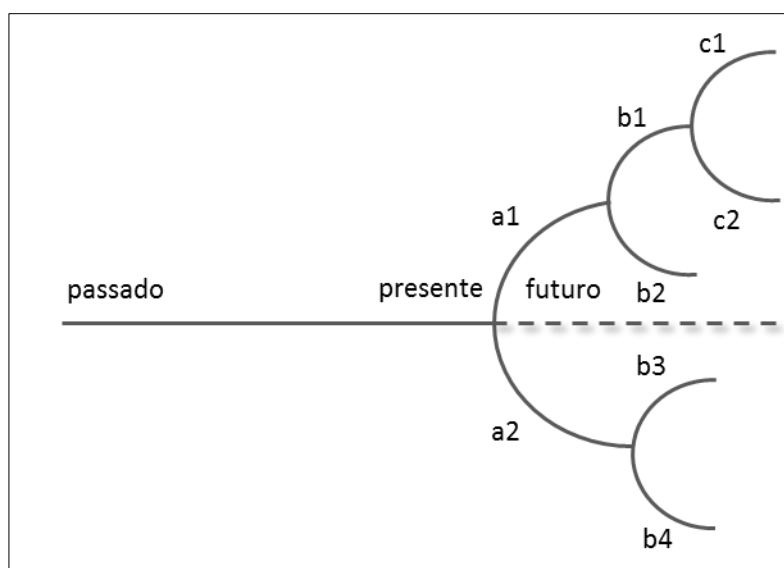


Figura 2 – Flecha do tempo (Adaptado de PRIGOGINE, 2011, p. 75).

A figura 2 mostra-nos a coexistência de zonas deterministas (entre as bifurcações) e pontos de comportamento probabilístico, representados pela sucessão de bifurcações possíveis. Imaginemos um sistema que estivesse, progressivamente, afastado do equilíbrio ao longo do tempo. Sua evolução, segundo Prigogine, sofreria interferências de elementos históricos. Assim, o fato de observarmos o sistema no estado c2, por exemplo, implicaria a passagem histórica pelos estados b1 e a1.

Consideradas as devidas adaptações à análise realizada neste trabalho, entendemos que o modelo da Flecha do Tempo proposto por Prigogine em muito se assemelha ao modelo

¹ É importante observarmos que não temos a intenção de, com essa afirmação, alegar que a realidade em si depende de nossa experiência, mas sim o modo como a projetamos (no caso de eventos futuros).

cognitivo idealizado apresentado por Langacker, pois ambos colocam o futuro no campo da probabilidade – ou da realidade potencial, como denomina Langacker. Como contribuição, a noção de tempo apresentada por Prigogine traz à tona a necessidade de se levar em conta a atuação de fatos sociais e históricos quando tratamos de eventos futuros, vinculando a não realidade às bifurcações possíveis encontradas na Flecha do Tempo e, portanto, o futuro a probabilidades de acontecimentos, e não a uma realidade determinística.

Paralelamente, ainda com base em Langacker (1991), entendemos que a finalidade, enquanto *frame*, se encontra em um ponto qualquer do futuro, cujo caráter hipotético não garante ao observador acesso à realidade conhecida pelo conceptualizador e, muitas vezes, nem o próprio conceptualizador tem acesso a essa realidade, dependendo de seu posicionamento em relação à ação a ser realizada para alcançar determinada meta.

Com base na semântica de *frames* (FILMORE, 2006; DUQUE, 2015) e na Teoria de Esquemas Imagéticos (JOHNSON, 1987; GIBBS, COLSTON, 2006), caracterizamos o *frame* de finalidade como um *frame* descritor de evento cuja representação mais esquemática tem como base o esquema imagético de trajetória. Segundo Johnson (1987, p. 29-30, tradução nossa) os esquemas imagéticos são estruturas dinâmicas “por meio das quais organizamos nossa experiência de maneira que possamos compreendê-la.” Formadas por meio da percepção sensório-motora de nossas experiências mais primitivas – e, basicamente, espaciais –, essas estruturas são acionadas para que possamos compreender domínios mais abstratos com base em domínios mais concretos.

Apesar de constituírem um pequeno grupo de relações esquemáticas, os esquemas imagéticos são a base para a compreensão de significados mais abstratos, podendo estruturar incontáveis percepções, imagens e eventos. Dessa forma, têm como característica fundamental a flexibilidade, ou seja, “podem assumir um número qualquer de instanciações específicas em contextos variados” (op. cit., p. 30, tradução nossa). Esse aspecto multifacetado se deve ao fato de a estrutura interna de um único esquema poder ser entendida metaforicamente.

Dividindo o processo de construção de sentido em duas fases – análise construcional e resolução contextual –, Duque (2015, p. 27) considera os esquemas imagéticos – doravante, esquemas-I – como *frames* simples que, interligados, derivam em *frames* complexos. Esses *frames* simples ou esquemas-I contêm poucos papéis relacionados entre si, denotando relações espaciais básicas.

Entendemos, portanto, que o *frame* de finalidade, tendo como base o esquema-I de trajetória, caracteriza-se por apresentar um corpo (agente) que, ao movimentar-se, passa por

pontos intermediários (ações) que condicionam alcance de uma meta (a realização de um evento), como demonstra o seguinte exemplo:

(1) “Oposição cria ‘força-tarefa’ para conseguir votos pró-impeachment” (br_oglobo_ex1).

A análise que se dará neste trabalho tem como base tal proposta e traz dados coletados em informativos *on-line* das variedades do PB, PE e Galego, por meio da busca dos seguintes termos: “impeachment”, “golpe”, “Dilma” e “Brasil”. Também foi definido um período histórico – de 25 a 31 de agosto de 2016 –, caracterizado pela iminência do seguinte acontecimento: o impeachment/golpe da/à presidenta Dilma.

Análise de dados

O primeiro exemplo selecionado para análise é proveniente do jornal português Público:

(2) “Vai ser um momento importante, um momento histórico. A Presidente vai ao Senado, corajosamente, para se colocar diante dos seus acusadores, para que o Judas Iscariotes possa acusá-la na frente dela”, antecipou o seu antecessor e mentor político, Lula da Silva, que prometeu assistir na plateia do Senado à audiência. (pt_publico_ex2)

Em (2), o *frame* de finalidade perfila o evento “se colocar diante dos seus acusadores, para que o Judas Iscariotes possa acusá-la na frente dela.” Tal evento encontra-se no futuro e, portanto, só podemos a ele fazer referência por meio de afirmações probabilísticas. Ainda que o *momentum* evolucionário presente no ato de construção da matéria pelo jornalista, ou a atuação histórica de eventos, como afirma Prigogine, tendesse a impulsionar a realidade para um certo caminho futuro – o impeachment –, percebemos que o uso do tempo verbal presente (indicando, porém, futuro) na construção, e as escolhas lexicais feitas (o discurso de defesa é comparado ao ato de se colocar diante de acusadores, como ocorreu com Judas Iscariotes) tendem a manter o acontecimento no campo do potencial. Tal tendência não se configura do mesmo modo no exemplo (3), a seguir:

(3) Dilma Rousseff foi ao Senado para [realizar] o seu último discurso enquanto

Presidente. Dificilmente não será afastada, amanhã. E lamentou "a eleição indireta de um governo usurpador". (pt_jornal_de_noticias_ex1_lide)

Em (3), temos um *frame* de finalidade que perfila o evento “realizar seu último discurso enquanto Presidente.” Assim como em (2), o evento se encontra no futuro, pois a notícia foi publicada no dia 29 de agosto, sendo anterior ao impeachment. No entanto, nesse caso, apesar da presença do modalizador “Dificilmente” na sequência da notícia, se focarmos o *frame* de finalidade, podemos notar que a projeção da realidade tende a deixar o campo potencial e passa a se aproximar do campo determinístico, característica percebida pelo uso do tempo verbal passado e do item linguístico “último discurso”, utilizado pela jornalista para se referir ao discurso de defesa.

Segundo Duque (2015), a seleção lexical consiste em uma das estratégias de acionamento de *frames*. De acordo com o autor, a construção de sentido se dá, basicamente, pela atribuição de características a conceitos predefinidos, ou seja, “o acionamento de um *frame* adiciona uma **perspectiva** ao conceito em questão” (DUQUE, 2015, p. 26, grifo nosso).

Dessa forma, apesar de ambas as notícias se referirem ao discurso de defesa da presidenta, evento anterior à consolidação do impeachment, as escolhas lexicais realizadas, assim como os tempos verbais utilizados, demonstram diferentes perspectivas acerca do mesmo evento.

Considerações Finais

Na discussão apresentada neste trabalho, pretendemos trazer como contribuição a noção de passagem do tempo proposta por Prigogine (2011), de modo a demonstramos a importância de se considerar a atuação de eventos sociais e históricos na análise de eventos futuros.

Foi nosso intuito também, com base no destrinchamento de *frames* de finalidade, demonstrar que, em última instância, tal *frame* deriva do esquema imagético de trajetória, com a particularidade de não apresentar um marco, ou seja, um ponto final definido. Essa particularidade se deve ao fato de a finalidade se encontrar em um ponto qualquer do futuro, o que a coloca, como vimos, fora da região de realidade conhecida pelo interlocutor e, muitas vezes, pelo próprio conceptualizador. Apesar de, como afirma Prigogine (op. cit.), só podermos realizar afirmações probabilísticas acerca do futuro, por meio da linguagem,

deixamos pistas de nossa perspectiva com relação ao devir, resultantes tanto da atuação e do curso dos eventos, quanto de nossa expectativa.

Esperamos, com isso, ter colaborado com a visão de que os esquemas imagéticos podem estruturar inúmeros padrões de raciocínio, sendo fundamentais no processo cognitivo de construção de sentidos, acrescentando que, no ato da conceptualização, a tais esquemas são adicionadas determinadas perspectivas, de acordo com nossa visão de mundo e relação com a realidade.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos; LAGARES, Xoán Carlos (Orgs.). *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

DUQUE, Paulo Henrique. **Discurso e cognição**: uma abordagem baseada em *frames*. *Revista da Anpoll*, n. 39. Florianópolis, jul./ago. 2015. p. 25-48.

FILMORE, Charles J. *Frame semantics*. In: GEERAERTS, Dirk. *Cognitive linguistics: basic readings*. **Cognitive Linguistics Research**, n. 34. Berlin/New York: Moutont de Gruyter, 2006. cap. 10.

GIBBS, Raymond W.; COLSTON, Herbert L. The cognitive psychological reality of image schemas and their transformations. In: GEERAERTS, Dirk. *Cognitive linguistics: basic readings*. **Cognitive Linguistics Research**, n. 34. Berlin/New York: Moutont de Gruyter, 2006. cap. 7. California: Stanford University Press, 1991.

JOHNSON, Mark. **The body in the mind**: the bodily basis of meaning, imagination, and reason. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1987.

LAGARES, Xoán Carlos. Galego-português-brasileiro: os desafios de uma perspectiva histórica integrada. In: LAGARES Carlos, Xoán; MONTEAGUDO, Henrique. **Galego e Português Brasileiro**: história, variação e mudança. Niterói: Editora da UFF; Santiago de Compostela: USC, 2012.

LANGACKER, Ronald W. **Foundations of cognitive grammar**. v. 2. Descriptive application. Stanford: Stanford University Press, 1991.

PRIGOGINE, Ilya. O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

SOUZA, Melina Célia e. *a e para: uso e desuso*. Uma comparação entre o galego e o português brasileiro (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.